



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

CONCURSO DE ACESSO

001. PROVA OBJETIVA

DIRETOR DE ESCOLA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de questões dissertativas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e dissertativa é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição das respostas definitivas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de questões dissertativas, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. A aula não é apenas o lugar onde os indivíduos aprendem e nascem para o novo, mas onde se presencia, no olhar dos alunos, o próprio nascimento da sociedade. Pode-se imaginar quantos pais, quantos pedagogos, quantos arquitetos, quantos funcionários de limpeza, quantos produtores e autores de conteúdos estão ao fundo da preparação de apenas uma aula de um só professor.

(Revista Magistério 1: *Aonde anda a aula?*, 2014)

A aula, como resultado de um esforço coletivo gigantesco, tem como elemento mais determinante

- (A) a arquitetura da sala de aula e da escola, que marca e demarca espaços e tempos.
 - (B) a magia do ensinar e do aprender, que se faz na sabedoria, na vontade e na dedicação do professor, do aluno, da escola e da família.
 - (C) a possibilidade de interatividade, que tem seu auge nas novas tecnologias da informação e comunicação.
 - (D) o equipamento utilizado pelo professor, que estimula o aprender em sua essência.
 - (E) a cultura interna e externa ao ambiente escolar, que depende da liderança da equipe gestora.
02. Imbernón (2006) destaca a importância da formação dos profissionais da educação com foco nos fundamentos da profissão e não apenas na aprendizagem de estereótipos técnicos e metodológicos. Para esse autor, na formação inicial do professor, é importante que seja adotado um conceito de formação voltado

- (A) ao desenvolvimento da capacidade psicopedagógica de trato com alunos com dificuldades de inclusão.
- (B) ao treinamento em metodologias de ensino voltadas à disseminação do construtivismo.
- (C) à aprendizagem de um ofício em que predominam tecnologias avançadas.
- (D) ao desenvolvimento de capacidades reflexivas e criativas: descobrir, organizar, fundamentar, revisar e construir a teoria.
- (E) ao resgate dos fundamentos científicos das disciplinas que o futuro docente irá lecionar.

03. Frente à pergunta: “no final das contas, quem é o aluno brasileiro hoje, principalmente o da rede pública?”, a Professora Elba de Sá Barreto (Revista Magistério 3: *O aluno*, 2014, p. 18-31) respondeu: “Considerando que nós universalizamos o ensino fundamental, estamos a caminho de universalizar o ensino médio e a educação infantil, o aluno é toda a população brasileira. Todos os extratos, com exceção das camadas mais altas, desde a classe média aos mais pobres, estão na escola [pública], com toda diversidade social, cultural e étnica da população. É fundamental que a escola tenha o cuidado de saber de onde vem cada aluno, quais são seus hábitos culturais, a quais segmentos sociais ele já pertenceu, suas origens étnicas, se são migrantes ou não e quais são os hábitos da sua família”. Isso porque

- (A) conhecendo a condição socioeconômica da família dos alunos, a equipe escolar saberá o que oferecer aos mais pobres, de um lado, e aos mais favorecidos de outro.
- (B) há na escola pública muitos alunos oriundos de famílias desestruturadas; compete à escola solucionar a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que vivem.
- (C) a escola precisa tomar consciência de que há alunos que passaram por professores mal formados e nenhuma ação escolar possibilitará superar essa experiência negativa.
- (D) há alunos que são muito bem atendidos por suas famílias, com pais escolarizados e que cobram um bom ensino e, prestar contas a esses pais, evita maiores questionamentos.
- (E) esse conhecimento oferece à escola uma visão mais objetiva sobre a população com a qual trabalha e quais aspirações essa população tem a respeito da escolaridade.

04. As Diretrizes Nacionais do Ensino Básico e do Ensino Fundamental reiteram que o cuidar e educar é uma tarefa do educador.

(Barreto, Revista Magistério 3: *O aluno*, 2014, p. 18-31)

Tal afirmação significa que

- (A) é dever do educador zelar pelo bem-estar de todos os alunos, ocupar-se de suas necessidades gerais de educação e criar um ambiente que propicie um atendimento adequado.
- (B) agora são atribuídas ao educador obrigações substitutivas às da família: muitos alunos estão na escola apenas para receber cuidados.
- (C) o enunciado refere-se somente aos professores da Educação Infantil, que até trocam fraldas das crianças.
- (D) ao educador cabe apenas “educar”, como indica o próprio significado da palavra: educador é quem ensina conteúdos estruturados sistematicamente.
- (E) compete ao educador educar o aluno para o sucesso e cuidá-lo para que não fique humilhado caso fracasse na escola.

05. A Portaria nº 5.941 de 15.10.2013 estabelece normas complementares ao Decreto nº 54.454, de 10.10.13, que dispõe sobre diretrizes para elaboração do Regimento Educacional das Unidades da Rede Municipal de Ensino. No art. 2º do Capítulo II – Da Natureza e dos Fins, a citada Portaria explicita que a Educação Pública Municipal

- (A) deverá atender prioritariamente crianças e adolescentes em situação de risco e pertencentes às camadas sociais mais vulneráveis, proibidas quaisquer formas de preconceitos e discriminações.
- (B) responde ao direito público subjetivo da população, sendo que a Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer parcerias com entidades privadas que garantam atendimento a educandos Portadores de Altas Habilidades (PAH).
- (C) é direito da população e estará a serviço das necessidades e características do desenvolvimento sustentável e da demanda econômica regional.
- (D) constitui dever do poder público (federal, estadual ou municipal) e poderá ser confessional, desde que haja consentimento por escrito dos pais ou responsáveis.
- (E) é gratuita, laica, direito da população e dever do poder público e estará a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, isenta de quaisquer formas de preconceitos e discriminações.

06. “Apontado como panaceia para todos os males da educação, o uso das tecnologias da informação na sala de aula passou a ser o marcador do que é avançado ou não, moderno ou ultrapassado. A despeito de não haver nenhum estudo conclusivo ou consenso a respeito, seu uso chega a ser apontado como sinônimo de bom ou mal ensino. Evidentemente as novas tecnologias descortinam horizontes inimagináveis para a sala de aula, desde que não esqueçamos de que elas não foram concebidas exclusivamente como tecnologias para a educação e exigem projetos pedagógicos claros.”

(Revista Magistério 2: *A aula expandida*, 2014, p. 6-11)

De acordo com essa referência, a assimilação das novas tecnologias em sala de aula resultam cada vez mais

- (A) do *layout* físico da sala de aula e da escola.
- (B) da pressão social, da indústria de equipamentos e dispositivos eletrônicos portáteis (*gadgets*) e dos próprios sistemas de ensino.
- (C) da pressão dos professores e gestores para que aumente a proximidade entre a cultura do aluno e a cultura do professor.
- (D) do caráter lúdico que o ensinar e aprender exigem na sociedade midiática, repleta de diversões e entretenimentos.
- (E) de um sonho dos educadores e alunos: que a aula volte a ser um paraíso feliz e sem violência.

07. “O Projeto Pedagógico envolve várias coisas. Envolve a tarefa de dizer como a escola vai funcionar, como ela vai interagir com a sociedade. Mas também envolve a definição daquilo que a criança vai aprender. Não podemos ter nenhuma dúvida sobre o que a criança deve aprender. É a partir desta clareza que conseguiremos reunir os meios para que isso aconteça”, afirma o professor José Francisco Soares (presidente do Inep/MEC).

(Revista Magistério 4: *Avaliação um direito do aluno*, 2015, p. 4-13)

Para ele, a avaliação educacional

- (A) significa transparência dos resultados: o que os professores ensinaram e o quanto os alunos aprenderam.
- (B) representa um discurso preocupado com as grandes questões da humanidade.
- (C) tem por objetivo principal controlar e fiscalizar o trabalho dos docentes e dos gestores.
- (D) é apenas uma parte do projeto pedagógico e apenas uma parte do currículo.
- (E) nada mais é do que o resultado do direito à educação concretizado.

08. Por vezes, nossos alunos, passam anos assistindo aulas onde se explica tudo, menos suas vidas. A respeito disso, Arroyo (2009, p. 305) pergunta: “Por que a escola e seus professores, que sabem tanto sobre tantas matérias, pouco sabem e explicam sobre a infância, a adolescência, a juventude, suas trajetórias, impasses, medos, questionamentos, culturas, valores?”. Com essa questão, o autor provoca a reflexão sobre a importância de

- (A) as escolas terem uma visão mais objetiva sobre com quem trabalha e quais as aspirações da população que atende a respeito da própria escolaridade.
- (B) as equipes escolares trabalharem na transformação dos hábitos familiares e culturais das crianças e adolescentes, haja vista sua situação socioeconômica precária.
- (C) as equipes gestoras orientarem os professores para que alertem os alunos sobre os rumos que suas vidas podem tomar, dependendo do segmento social a que pertencem.
- (D) os professores aprenderem mais e melhor sobre as disciplinas que lecionam.
- (E) os alunos questionarem os professores sobre os impasses e medos que enfrentam.

09. Bonamino e Souza (abr./jun.2012) consideram que, como avaliações que referenciam políticas de responsabilização envolvendo consequências para os agentes escolares, as provas padronizadas de larga escala apresentam riscos, tais como:
- (A) provocarem a inculcação do hábito da memorização nos alunos.
 - (B) aumentarem a preocupação da equipe escolar com o bônus decorrente da avaliação.
 - (C) exacerbarem a preocupação da equipe escolar com a preparação dos alunos para os testes, levando ao estreitamento do currículo.
 - (D) levarem os alunos a se rebelarem por fazerem tantas provas e aprenderem tão pouco.
 - (E) levarem a uma discussão informada sobre o currículo, garantindo a todos os alunos as habilidades fundamentais de leitura e matemática.
10. O Decreto nº 54.452/2013 institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo. O art. 4º desse Decreto afirma que a promoção da melhoria da qualidade social da educação será efetivada a partir dos seguintes eixos: I - infraestrutura; II - currículo; III - avaliação; IV - formação do educador; V - gestão. Quanto ao eixo gestão, o parágrafo 8º define que
- (A) as equipes gestoras das escolas deverão assumir papel formativo, integrador e fiscalizador dos professores quanto ao trato com as famílias e ao desenvolvimento dos dispositivos e rituais escolares.
 - (B) as unidades educacionais deverão promover anualmente a avaliação institucional, sob a coordenação de avaliadores externos, com caráter formativo e participativo.
 - (C) as Coordenadorias Regionais de Educação deverão fiscalizar as escolas sob sua jurisdição de modo a constatar a efetivação do princípio da gestão democrática, conforme previsto na Constituição Federal de 1971.
 - (D) os supervisores de ensino serão responsáveis pela formação direta e sistemática das equipes gestoras e dos professores das escolas da área abrangida pelo Núcleo Pedagógico Regional.
 - (E) a Secretaria Municipal de Educação deverá promover ações que visem fortalecer a gestão participativa e democrática das unidades educacionais, possibilitando o debate e a tomada de decisão conjunta por toda a comunidade escolar.
11. “A Unidade Educacional é um espaço de criação e recriação da cultura. Não é só promoção da aprendizagem, mas recuperação do sentido no campo da filosofia, ciência e arte, recuperação do conhecimento. Um conjunto de áreas pode dialogar na experiência educativa.”
- (Programa Mais Educação São Paulo. Subsídios para a implantação, SME/DOT, 2014, p. 13)
- Para criar e recriar cultura, a unidade escolar precisa de tempo e espaço, o que é garantido pela existência dos horários de trabalho coletivo e das reuniões pedagógicas. A organização e a condução dessas atividades coletivas na escola fazem parte da
- (A) gestão democrática, diretamente vinculada ao papel da escola pública na sociedade contemporânea.
 - (B) gestão pedagógica, que promove a reflexão e a elaboração sobre as experiências reais em sala de aula e no ambiente educativo em geral.
 - (C) gestão da informação, que cuida do sistema informatizado e centralizado sobre os dados relativos ao percurso formativo dos profissionais.
 - (D) gestão do conhecimento, que gerencia todos os saberes que circulam na rede em suas diversas esferas.
 - (E) gestão das prioridades, que coordena a seleção de tópicos de formação a partir das necessidades e desejos da rede e da visão estratégica da política educacional.
12. O sociólogo francês François Dubet (2008) reforça a ideia de que a escola é meritocrática em si, porque “ordena, hierarquiza, classifica os indivíduos em função de seus méritos, postulando em revanche que esses indivíduos são iguais” (p. 40). Para ele, a principal consequência dessa ideia é que
- (A) os alunos mal avaliados quanto a seus méritos desenvolvem atitudes de revanche contra os professores e a escola.
 - (B) os professores são fiscalizados e cobrados quanto a sua capacidade de avaliação e controle do mérito dos alunos.
 - (C) os estudantes são responsabilizados pelos seus desempenhos, o que mascara as injustiças que se expressam dentro e fora da escola.
 - (D) as sociedades injustas, competitivas e individualistas são as responsáveis pelo mau desempenho dos estudantes.
 - (E) os estudantes não conseguem integrar-se à sociedade nem gerenciar suas próprias vidas quando terminam a fase de escolarização.

13. O mesmo autor (Dubet, 2008) escreve sobre a necessidade de a escola formar sujeitos capazes de integrar-se socialmente. Para tanto, além dos conhecimentos, das competências e de sua utilidade social, a escola produz um bem educativo particular que é
- (A) a escolha de estilos educativos próprios a cada escola.
 - (B) a formação de turmas homogêneas em função do mérito de cada aluno.
 - (C) a formação de sujeitos capazes de dominar sua vida e de construir suas capacidades subjetivas de confiança em si e de confiança em outrem.
 - (D) a aquisição de saberes pelos alunos por meio da transmissão dos conteúdos pelos professores.
 - (E) a constituição de escolas voltadas ao bem-estar social de cada um de seus alunos.
14. O crescente número de encaminhamentos de crianças e adolescentes aos profissionais da área da saúde, para diagnóstico e tratamento da dislexia e déficit de atenção e hiperatividade, impõe discussão e reflexão crítica sobre a medicalização de crianças e adolescentes. A medicalização é entendida como
- (A) o processo de transformação de problemas sociais e institucionais nas dificuldades de escolarização em problemas individuais e em distúrbios orgânicos.
 - (B) o pensamento que sustenta e analisa a condição emocional de crianças e adolescentes na atualidade.
 - (C) a possibilidade de controle técnico-científico da vida, inclusive das experiências escolares.
 - (D) o paradigma da conduta criminosa que sustenta a patologização da segregação.
 - (E) a análise feita a partir da ciência médica de distúrbios de aprendizagem e de comportamento social inadequado.
15. Para Tardif (2002), existem quatro tipos de saberes implicados na atividade docente: os saberes da formação profissional, os disciplinares, os curriculares e os experienciais. A relação de exterioridade que os professores mantêm com os três primeiros põe em destaque a posição ocupada pelos saberes experienciais, visto que é sobre eles que os professores mantêm o controle, no que diz respeito tanto a sua produção quanto a sua legitimação. Os saberes experienciais
- (A) são constituídos pelo conjunto de conhecimentos pedagógicos relacionados às técnicas e aos métodos de ensino (saber-fazer), legitimados cientificamente e transmitidos aos professores ao longo do seu processo de formação.
 - (B) são formados pelo conjunto de experiências (materiais ou sociais) que os professores fazem junto com os alunos, mesmo não reconhecido cientificamente.
 - (C) apresentam-se, concretamente, sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, metodologias) e dizem respeito à gestão dos conhecimentos socialmente produzidos e que devem ser transmitidos aos estudantes.
 - (D) resultam do exercício da atividade profissional, produzidos por meio da vivência de situações específicas relacionadas ao espaço da escola e às relações estabelecidas com alunos e colegas de profissão.
 - (E) pertencem aos diferentes campos do conhecimento (linguagem, ciências exatas, ciências humanas, ciências biológicas etc), produzidos e acumulados pela sociedade ao longo da história da humanidade e administrados pela comunidade científica.
16. A interdisciplinaridade, como enfoque teórico-metodológico, surgiu na segunda metade do século XX, em resposta a uma necessidade verificada principalmente nos campos das ciências humanas e da educação (Tyhiesen, 2008), qual seja:
- (A) impulsionar transformações tecnológicas no pensar e no agir das pessoas em divergentes sentidos.
 - (B) restringir a expressão da convivência humana na sua complexidade.
 - (C) possibilitar ao professor moderno entender a necessidade de estudar mais profundamente sua área de formação.
 - (D) compreender que o ser humano só aprende quando usa a razão e o intelecto conjuntamente.
 - (E) superar a fragmentação e o caráter de especialização do conhecimento.

17. “Faz dez anos que moro aqui, o bairro é muito bom, mas depois das 20:00 horas não saio nem que pague, pois é perigoso por causa dos marginais que vêm de outras vilas roubar aqui.” (Silva, 2007, p. 89).

Essa é a transcrição de uma fala de aluno, em que a violência foi escolhida como tema gerador de um trabalho com educação popular, com base na metodologia freireana. Na educação popular, o tema gerador é extremamente importante, pois

- (A) promove a ação do educador popular sobre ou para os educandos adultos, gerando o enfrentamento da violência local.
- (B) significa procurar o pensamento do próprio homem sobre a realidade em que vive e sua ação sobre ela.
- (C) expõe a falta de reflexão da população pouco letrada sobre os seus opressores.
- (D) possibilita o aprofundamento da consciência ingênua que anuncia as temáticas da realidade.
- (E) é o ponto de partida para a formação do pensamento acríptico do povo oprimido.

18. Em determinada escola de ensino fundamental, uma das professoras comunica à diretora que, com certeza, um de seus alunos (de 10 anos) está sendo vítima de violência por parte da família. É comum o menino aparecer com manchas roxas nos braços e pernas e sinais de surras com fio de ferro, cinta ou objeto semelhante. Além disso, anda muito arredio e chora muito, aparentemente sem motivo imediato. Claramente está sofrendo maus tratos.

De acordo com o art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal nº 8.069/1990), em casos como esse, cabe, de imediato, ao dirigente do estabelecimento de ensino,

- (A) informar à criança sobre seus direitos fundamentais.
- (B) chamar os pais ou responsáveis pelo aluno para informá-los sobre a existência do ECA.
- (C) verificar se a professora está sendo omissa.
- (D) comunicar o Conselho Tutelar para as devidas providências.
- (E) dirigir-se à casa do aluno para investigar o que está acontecendo.

19. “Uma vez que admitimos que o currículo é uma construção onde se encontram diferentes respostas a opções possíveis, onde é preciso decidir sobre as possibilidades que nos são apresentadas, esse currículo real é uma possibilidade entre outras alternativas.” (Gimeno Sacristán, 2013, p. 23).

Dessa constatação, decorre outra, a saber, o currículo

- (A) é resultado de certas tradições que se estabeleceram ao longo do tempo e, sendo assim, não podem ser revistas ou modificadas.
- (B) é campo neutro, objetivo, uma questão que depende de decisões técnicas a serem tomadas e postas em prática.
- (C) não é neutro e universal, mas território controverso e conflituoso a respeito do qual decisões são tomadas e opções são feitas.
- (D) é um campo tradicional, cujas orientações e opções são as únicas possíveis e, como tal, devem ser seguidas.
- (E) impõe objetivos educacionais que são delimitados pelos conteúdos universais a serem transmitidos aos alunos.

20. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ Lei Federal nº 9.394 de 20.12.1996) salienta os processos formativos e finalidades, dentre outros aspectos relevantes do direito à educação de crianças e adolescentes no Brasil. No art. 1º, a LDB define que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E no § 1º, do art. 1º, destaca que esta Lei disciplina

- (A) a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.
- (B) a educação escolar, que se desenvolve preferencialmente em escolas públicas gratuitas, sejam elas leigas ou confessionais.
- (C) o processo formativo, quer ele se desenvolva em instituições próprias, quer se desenvolva em outras organizações da sociedade civil.
- (D) o processo formativo, que se desenvolve por meio de manifestações culturais variadas, organizadas pela sociedade civil.
- (E) a educação popular, que se desenvolve no seio de movimentos sociais populares com tendências neoliberais.

21. Fernandes e Freitas (in Brasil, MEC/SEB, 2008) afirmam que nossas experiências em avaliação são marcadas por uma concepção que divide as aprendizagens em certas ou erradas e separa aqueles estudantes que aprenderam os conteúdos programados para a série em que se encontram daqueles que não aprenderam.

Para esses autores, essa perspectiva de avaliação

- (A) é lógica e inclusiva, pois permite ajudar os alunos que não aprenderam.
- (B) é marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da autonomia, da mediação e promove a responsabilidade coletiva.
- (C) é classificatória e seletiva e, muitas vezes, pode se tornar um fator de exclusão escolar.
- (D) considera infundáveis possibilidades de realização de aprendizagens por parte dos estudantes e, geralmente, possibilita maior inclusão escolar.
- (E) alinha-se à proposta de uma escola mais democrática e, geralmente, oferece as mesmas oportunidades a todos os alunos.

22. A avaliação é inerente a todo processo de ensino e aprendizagem. Na escola, a avaliação não pode ser compreendida como algo isolado, uma vez que faz parte da concepção de educação e das estratégias pedagógicas da instituição. Em função disso, a avaliação, como parte da ação coletiva de formação dos estudantes, ocorre em várias esferas e com vários objetivos. Fernandes e Freitas (in Brasil, MEC/SEB, 2008) destacam três tipos: a avaliação da aprendizagem dos estudantes, a avaliação da instituição e a avaliação do sistema escolar. Esta última refere-se

- (A) à junção dos dois tipos anteriores sob a forma de exames unificados.
- (B) à permanente troca entre os dois tipos anteriores, respeitados os protagonistas de cada um deles.
- (C) à legitimidade técnica e política que todo sistema institucional democrático precisa conquistar.
- (D) ao protagonismo coletivo dos profissionais que trabalham e conduzem o complexo processo de formação na escola, guiados pelo projeto político-pedagógico.
- (E) ao conjunto das escolas de uma rede escolar, da qual a responsabilidade principal em avaliar é das instâncias superiores do poder público.

23. A Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e da História e Cultura Africana, devem ser desenvolvidos por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas.

(Brasil. MEC, 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana)

Às coordenações pedagógicas, em especial, é atribuída a função precípua de (art. 3º, § 2º)

- (A) promover o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.
- (B) estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros para levantar e repassar informações aos professores.
- (C) incentivar e criar condições materiais e financeiras, assim como prover as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos.
- (D) prever o exame e o encaminhamento de solução para casos de discriminação, criando situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade.
- (E) orientar e supervisionar a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos para uso de professores e alunos.

24. A diretora de determinada escola pública de ensino fundamental foi procurada pelo pai de um aluno do 6º ano que tem 14 anos. O problema apresentado pelo pai é que a renda da família é muito baixa e o menino precisa começar a trabalhar. A diretora orientou-o a transferir o filho para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que funciona à noite.

Considerando a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA (parágrafo único do art. 7º), a orientação dada pela diretora foi

- (A) equivocada, porque a proporcionalidade, a disposição e a alocação adequadas dos componentes curriculares próprias à EJA não poderão ser estabelecidas.
- (B) legal, porque a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos é a mais adequada para a situação, o perfil e a faixa etária do estudante.
- (C) correta, uma vez que está evitando a evasão: se não for transferido para o noturno, o aluno provavelmente abandonará a escola.
- (D) incorreta, pois a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória é vedada.
- (E) apropriada, porque o estudante se encontra em defasagem idade-série e a matrícula na EJA será mais adequada para ele.

25. Ao pensarmos na história do Brasil, muitas vezes o índio é visto como um ente do passado, além de ser relacionado a atraso, preguiça e selvageria. O documentário “Índios no Brasil – *Quem são eles?*”, Eps. 01, (Brasil/MEC/TV Escola) apresenta quem são e como vivem os indígenas no Brasil atual, tomando como foco a relação deles com os outros brasileiros, mostrando que
- (A) mesmo nascido em uma tribo, assim que aprende a falar português, a ler e a escrever, o índio não é mais considerado índio, pois consegue se relacionar com outros brasileiros.
 - (B) na verdade, a população indígena brasileira está crescendo e apresenta um grande e rico universo de culturas.
 - (C) a tendência da população indígena, sob a dominação dos brancos, é continuar em extinção.
 - (D) não existem mais índios genuínos no Brasil, pois houve intensa miscigenação com brancos e negros.
 - (E) a diversidade cultural entre as 200 etnias indígenas existentes hoje no Brasil impede sua relação com os outros brasileiros.
26. A Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino de São Paulo assegura a matrícula de todo e qualquer educando nas classes comuns. Visto que reconhecida, considerada, respeitada e valorizada a diversidade humana, fica vedada qualquer forma de discriminação. (Decreto Municipal nº 45.415/2004, arts. 1º e 2º). Apesar desse foco nas classes comuns, o Sistema Municipal mantém seis Escolas Municipais de Educação Especial (conforme o art. 8º do referido Decreto), as quais objetivam:
- (A) atender, em caráter extraordinário, alunos com necessidades especiais cujos pais (ou os próprios alunos) optam por esse serviço, desde que fique demonstrado que a educação em classes comuns não satisfaz as necessidades educacionais ou sociais desses educandos.
 - (B) atender todo e qualquer aluno que apresente quadro de deficiência, transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Portadores de Altas Habilidades (PAH), público-alvo da educação especial.
 - (C) possibilitar aprendizagens diferenciadas e criativas aos alunos superdotados, ou seja, Portadores de Alta Habilidade (PAH), que se situam acima da média das pessoas em relação a alguma habilidade relevante.
 - (D) garantir a eficácia do *Programa Incluir* (Decreto Municipal nº 51.778/2010), destinado aos alunos com necessidades especiais matriculados em escolas comuns da Rede Municipal de Ensino, apartando aqueles com gravíssimos comprometimentos mentais.
 - (E) formar e proporcionar estágio profissional a professores que desejam atuar como cuidadores no acompanhamento dos educandos que necessitam de atendimento especial.
27. No que tange ao Currículo da Educação Infantil, o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 diz o seguinte: “Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico” (p. 6). Nesse sentido, o currículo da Educação Infantil
- (A) constitui um instrumento político da educação popular para formar os pais por intermédio dos alunos.
 - (B) representa um instrumento político, cultural e científico formulado pela equipe gestora da escola e divulgado aos professores e pais.
 - (C) detalha os cuidados que devem ser dispensados pelos professores cuidadores quanto às brincadeiras, que sempre devem ser livres de modo a não limitar a criatividade e a espontaneidade dos alunos.
 - (D) ultrapassa as experiências vivenciadas pelas crianças mais pobres que, geralmente, tem repertório muito limitado de vocabulário, o que afeta a construção de relações sociais e da própria identidade.
 - (E) é concebido como um conjunto de práticas que articulam, de modo gradativo, as experiências e saberes das crianças com o repertório de conhecimentos cada vez mais abrangente produzido pela humanidade.
28. Atente para o seguinte quadro delineado diariamente na maior parte das escolas brasileiras: alunos fazem fila para entrar em classe; as carteiras são enfileiradas umas atrás das outras; a mesa do professor à frente; lições passadas na lousa pelo mestre e alunos copiando; o professor dá explicações orais e coletivas; a comunicação entre os alunos é limitada, assim como sua movimentação. De acordo com Moreira e Candau (in: Brasil. MEC/SEB, 2008), esses são procedimentos que representam
- (A) a parte do currículo voltado aos comportamentos coletivos e disciplinares, explicitada nas propostas elaboradas pela comunidade escolar.
 - (B) o aspecto moral e cívico do currículo, que visa a formação do sentimento de ordem e disciplina.
 - (C) o currículo oculto, que envolve atitudes e valores transmitidos de modo subliminar, por meio das relações sociais e das rotinas do cotidiano escolar, como rituais e regras.
 - (D) o conteúdo dos cursos de pedagogia e das licenciaturas, apreendidos e aplicados pelos docentes, e avaliado nos diferentes graus da escolarização.
 - (E) o modo de funcionar natural das escolas, que sempre foi e sempre será assim, conforme orientações dos sistemas educacionais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

29. “A análise empreendida no texto coloca em evidência a indiscutível contribuição da perspectiva da reflexão no exercício da docência para a valorização da profissão docente, dos saberes dos professores, do trabalho coletivo destes e das escolas enquanto espaço de formação contínua. Isso porque assinala que o professor pode produzir conhecimento a partir da prática, desde que na investigação reflita intencionalmente sobre ela, problematizando os resultados obtidos com o suporte da teoria.”

(Pimenta e Ghedin, 2006, p. 43)

Dessa forma, o professor torna-se

- (A) pesquisador acadêmico da problemática educacional.
- (B) pesquisador de sua própria prática.
- (C) analista teórico de diferentes autores.
- (D) crítico de pesquisas empíricas externas à escola.
- (E) investigador de espaços do saber discente.

30. A Resolução nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, explicita no art. 21 as etapas correspondentes a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional, quais sejam:

- (A) Creche (para crianças até 3 anos e 11 meses), Pré-Escola (com duração de 2 anos, para crianças entre 4 e 5 anos) e Ensino Fundamental (organizado em duas etapas de 4 anos cada uma).
- (B) Educação Infantil (Creche, para crianças até 3 anos e 11 meses, e Pré-escola, com duração de 2 anos), Ensino Fundamental (com duração de 9 anos e organizado em duas fases: 5 anos iniciais e 4 anos finais, respectivamente) e Ensino Médio (com duração mínima de 3 anos).
- (C) Ensino Fundamental (com duração de 9 anos e organizado em duas fases de 5 e 4 anos, respectivamente), Ensino Médio (com duração mínima de 3 anos) e Ensino Superior (com diferentes durações, dependendo do curso).
- (D) Anos iniciais do Ensino Fundamental, com 5 anos de duração, voltados a estudantes de 6 a 10 anos de idade, anos finais do Ensino Fundamental, com 4 anos de duração, voltados a estudantes de 11 a 14 anos e Ensino Médio, com 3 anos de duração.
- (E) Pré-Escola (com duração mínima de 3 anos), Ensino Fundamental (organizado em duas etapas: a dos 4 anos iniciais e a dos 5 anos finais) e Ensino Médio (com duração mínima de 4 anos no caso de ser profissionalizante).

31. A compreensão de Estado como domínio da política e do sentido de política como convivência entre indivíduos ou grupos que detêm ou reivindicam sua condição de sujeitos pode orientar o diretor no desenvolvimento de uma gestão escolar democrática participativa. De acordo com Paro, 2015, na condição de sujeito, o homem é

- (A) um ser completo, pois compartilha projetos e subjetividades com os sujeitos com os quais convive.
- (B) agente, pois age sobre as subjetividades dos outros sujeitos.
- (C) ator, já que atua com outros sujeitos nos espaços de convivência.
- (D) mais que um “animal social”, pois se relaciona e convive com a subjetividade de outros homens.
- (E) “animal social”, já que se relaciona com outros sujeitos.

32. No documento institucional “Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria”, SME/DOT, 2015, a educação é caracterizada como um projeto crítico, estratégico, de resistência e de possibilidades, amparado na responsabilidade compartilhada, no fortalecimento das instituições coletivas, tendo em vista uma política a serviço do cidadão de direitos. Essa caracterização apresenta elementos conceituais e metodológicos orientadores da reorganização curricular e administrativa em curso e revela uma concepção de educação

- (A) humanista, centrada nas necessidades cognitivas e afetivas de professores e estudantes.
- (B) inovadora, preocupada com o enraizamento do aluno no meio em que vive, por isso mesmo, dispensa qualquer orientação ideológica.
- (C) emancipatória, crítica em relação ao contexto histórico, político, econômico, social e cultural em que se desenvolve.
- (D) revolucionária, marcada pela compaixão e assistencialismo em relação aos mais pobres.
- (E) popular, oferecida na escola pública e destinada unicamente aos segmentos sociais mais vulneráveis da sociedade brasileira.

- 33.** Coordenar a gestão da unidade educacional com vista à democratização da educação é atribuição do diretor. Luckesi, 2005, contribui nesse sentido ao afirmar que a luta pela democratização do ensino exige, em primeiro lugar, o acesso à educação escolar e, em segundo lugar, a permanência do educando na escola e a consequente terminalidade escolar. E acrescenta: esses dois elementos pouco significarão em termos de democratização do ensino, sem que seja assegurado a todos os alunos e a cada um deles,
- (A) qualidade de ensino e de aprendizagem, o que está relacionado com a transmissão e a apropriação ativa dos conteúdos escolares.
 - (B) práticas avaliativas que permitam a promoção dos alunos para os diferentes níveis da educação escolar.
 - (C) acessibilidade aos alunos com necessidades especiais em todas as escolas dos sistemas de ensino público.
 - (D) escola gratuita e obrigatória em todos os níveis de ensino, da educação infantil à educação superior.
 - (E) formação continuada dos professores em serviços, direcionada à elaboração de propostas educativas de qualidade.
- 34.** Ao analisar as mudanças sociais e na educação, a complexidade do conhecimento, a aprendizagem para a compreensão e projetos de trabalho, Hernández, 1998, oferece relevantes contribuições à organização do processo educativo em ciclos de aprendizagem, em curso nas escolas municipais de São Paulo que oferecem o Ensino Fundamental. O autor faz uso do termo transgressão para definir sua intenção de mudança da educação escolar; apresenta o percurso a seguir e convida o leitor à transgressão das amarras que o impeçam de pensar por si mesmo a construção de
- (A) plano de ensino apoiado na visão construtivista da aprendizagem vinculada ao desenvolvimento da inteligência.
 - (B) currículo escolar centrado nas disciplinas com seus conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.
 - (C) relação educativa baseada na colaboração na sala de aula, na escola e com a comunidade.
 - (D) comunidade de aprendizagem voltada ao desenvolvimento do pensamento racional e científico.
 - (E) educação infantil fundamentada na ideia de que a finalidade da infância é chegar à idade adulta.
- 35.** Para Kuenzer, em Ferreira, 2013, a efetiva democratização do ensino só é possível com a efetiva democratização da sociedade, ou seja, onde todos os bens materiais e culturais estejam disponíveis a todos os cidadãos. Considerando as atuais condições políticas da sociedade brasileira, ressalta a autora, a democratização possível, desde que haja ampla mobilização, é
- (A) a educação técnica de nível médio, para o aluno trabalhador.
 - (B) a educação básica, de qualidade, para todos.
 - (C) o ensino fundamental de qualidade, para todos.
 - (D) a educação infantil e o ensino fundamental, de qualidade.
 - (E) a inclusão dos alunos com deficiência no ensino fundamental.
- 36.** À luz da compreensão de Freire, 2014, sobre educação como prática da liberdade, o diálogo é uma exigência existencial que se concretiza no encontro de homens que se solidarizam no refletir e agir ao pronunciarem o mundo. Nessa perspectiva, pode-se inferir que o diálogo na escola começa quando os educadores, diretor, assistente de direção, coordenadores e professores
- (A) perguntam-se a respeito do conteúdo programático sobre o qual dissertará aos alunos, antes ou depois do encontro com eles em uma situação pedagógica.
 - (B) dialogam a respeito das normas de convivência instituídas no âmbito da escola, durante o planejamento no início do ano letivo.
 - (C) discutem a seleção de conteúdos programáticos entre os prescritos pelo Ministério da Educação, durante o planejamento escolar.
 - (D) e os educandos se perguntam sobre os conteúdos de ensino, no primeiro encontro em sala de aula.
 - (E) perguntam-se em torno do que vão dialogar com os educandos, antes mesmo do seu encontro com os educandos em uma situação pedagógica.

37. Ao refletir sobre a responsabilidade ética do educador no exercício de suas práticas, Freire, 2011, fala-nos da ética inerente à condição humana, aquela que se sabe afrontada, por exemplo, pela discriminação de raça, de gênero, de classe. Afirma que educadores não podem escapar à rigorosidade ética, seja no trabalho com criança, com jovem ou com adulto.

Tendo como referência essa compreensão de ética, pode-se afirmar que a melhor maneira de o diretor lutar pela ética no exercício da gestão escolar é, prioritariamente,

- (A) orientar sua prática por uma formação científica de excelência, ainda que em descompasso com a competência política.
- (B) viver a ética na sua prática, testemunhá-la aos educadores e educandos nas suas relações com eles.
- (C) promover, juntamente com os professores, os alunos com dificuldades de aprendizagens, para não aumentar sua baixa estima.
- (D) manter-se virtuoso no seu cotidiano escolar, eliminando qualquer possibilidade de transgressão dos princípios éticos.
- (E) assegurar aos educadores formação continuada em serviço centrada na discussão do significado de ética na educação.

38. O importante destaque feito por Barroso, em Ferreira, 2013, que pode subsidiar a prática do diretor comprometido com uma gestão democrática participativa, refere-se à concepção de autonomia como resultado de ação concreta dos indivíduos que constituem a escola, configurando-se como um meio de a escola realizar, em melhores condições, a formação das crianças e jovens. Mas acrescenta que é preciso considerar que o exercício da autonomia na escola pressupõe uma política educacional destinada a reforçá-la, em benefício da aprendizagem do aluno. Essa compreensão implica, primeiramente, que se

- (A) defina claramente as normas e regras para um convívio democrático.
- (B) desenvolva a capacitação de educadores destinada à formação de líderes.
- (C) conceda à escola maior autonomia pedagógica.
- (D) reconheça a autonomia da escola como um valor intrínseco à sua organização.
- (E) estabeleça a partilha de poderes e de competências de cada segmento da escola.

39. De acordo com Libâneo, 2012, a organização e a gestão na escola referem-se ao conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, ações e procedimentos que asseguram o uso racional dos recursos e a coordenação e acompanhamento do trabalho escolar, tendo em vista alcançar os objetivos comuns. Por coordenação e acompanhamento, atribuições da equipe de direção e coordenação, compreendem-se

- (A) os procedimentos de planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação das atividades de ensino.
- (B) as escolhas racionais de objetivos, meios e atividades educativas a serem desenvolvidas nas salas de aula.
- (C) as ações voltadas ao planejamento, à organização e à gestão dos serviços administrativos da escola.
- (D) as ações e os procedimentos destinados a reunir, articular e integrar as atividades das pessoas que atuam na escola.
- (E) as ações e os procedimentos destinados à racionalização das práticas educativas no âmbito da sala de aula.

40. Paro, 2015, afirma que a despeito da relativa escassez de estudos e pesquisas a respeito da natureza e do significado das funções do diretor de escola à luz da natureza educativa dessa instituição, não há como negar a importância do papel do diretor na realização dos objetivos da escola. O autor ressalta também que não se pode deixar de considerar que a valorização exacerbada desse papel, por parte de autoridades educacionais, pode significar um

- (A) estímulo à liderança do diretor, interna e externa à escola.
- (B) alibi para ocultar o autoritarismo inerente à função de diretor.
- (C) indicador da necessidade de formação continuada em serviço do diretor.
- (D) papel determinante do diretor na construção da boa escola.
- (E) alibi para ocultar as verdadeiras causas do mau ensino.

41. De acordo com Kuenzer, em Ferreira, 2013, o modelo de administração taylorista/fordista, referência dominante do projeto pedagógico de muitas das escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras, em todas as suas modalidades, privilegiando ora a racionalidade formal ora a racionalidade técnica, mas sempre fundamentadas

- (A) na divisão entre o pensamento e a ação educativa.
- (B) na relação entre o aluno e o conhecimento escolar.
- (C) no diálogo entre a teoria e a prática educativas.
- (D) nos conteúdos curriculares e metodologias de ensino.
- (E) na relação professor aluno.

Paro, Vitor Henrique, *Diretor de Escola: educador ou gerente*, 2015 é referência bibliográfica para as questões de números 42 e 43.

42. Nos encontros de educadores, pode-se observar que professores manifestam, com frequência, que o diretor atua mais nas atividades administrativas e até mesmo diretores afirmam que são tantos os afazeres administrativos que não sobra tempo para as atividades pedagógicas. Essas manifestações tomam as atividades administrativas e pedagógicas como mutuamente exclusivas. Mas, se considerado o caráter mediador da administração, essa ação perpassa todos os momentos de realização do ensino, podendo-se afirmar que o administrativo é a boa mediação destinada a educar o aluno. Nessa perspectiva, nada é mais administrativo do que

- (A) o próprio processo pedagógico.
- (B) a própria gestão restrita às normas.
- (C) o próprio funcionamento da escola.
- (D) a própria transmissão de conhecimentos científicos.
- (E) os próprios procedimentos burocráticos.

43. Da definição de administração escolar como uso racional de recursos para a realização de fins educacionais, apreende-se que a racionalização se expressa na articulação ótima entre os recursos e o trabalho educativo. Essa definição supõe, sobretudo, uma gestão escolar que promova, sobretudo, o uso de

- (A) recursos didáticos de modo a explorar todas as suas possibilidades.
- (B) forma racional dos recursos existentes.
- (C) forma econômica de recursos adequados ao fim que se visa.
- (D) recursos como meios de realização das atividades pedagógicas.
- (E) forma econômica das modernas tecnologias de gestão.

44. A proposta de construção de projeto pedagógico amparada na participação dos integrantes da escola, a partir da compreensão de que “participar consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo”, provoca, segundo Catani e Gutierrez, em Ferreira, 2013, queixas dos diretores que alegam dificuldade de trabalhar com grupos heterogêneos, com formação inicial e experiências diferentes. Pode-se afirmar que essas queixas sinalizam que para uma gestão participativa bem sucedida é preciso considerar a importância, de um lado, de condições como o grau de autonomia e responsabilidade dos membros da escola e, de outro lado,

- (A) a adaptação dos educadores à cultura escolar sem esforços pessoais.
- (B) o desenvolvimento de ações corporativas pelos educadores.
- (C) a intervenção da Secretaria da Educação no espaço escolar.
- (D) a cooptação dos educadores como meio de integrá-los à escola.
- (E) as características individuais dos profissionais da escola.

45. Considera-se que a discussão em curso sobre currículo e interdisciplinaridade, por educadores que atuam no ensino público municipal de São Paulo, dialoga em vários aspectos com o estudo de Hernández, 1998, sobre o desenvolvimento de projetos como possibilidade que potencializa a efetivação de um currículo integrado ou interdisciplinar.

Assinale a alternativa que apresenta elementos constitutivos que distinguem essa concepção de currículo de uma mais tradicional.

- (A) Conhecimento canônico e com sentido em si mesmo.
- (B) Temas ou problemas, perguntas e pesquisa.
- (C) Conceitos disciplinares e professor como especialista.
- (D) Estudos individuais, lições e livros texto.
- (E) Objetivos e metas por disciplina curricular.

Freire, Paulo, *Pedagogia da Autonomia*, 2011, é a referência bibliográfica das questões de números 46 e 47.

46. Há quem discuta o ensino e a aprendizagem como processos distintos e independentes, cabendo ao professor organizar e desenvolver o ensino e ao aluno acompanhar a aula e organizar os conteúdos recebidos. Mas há também quem os entenda como processos distintos, embora interdependentes. Nesse sentido, pode-se afirmar que quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, ressaltando-se, assim, uma das questões nucleares do processo educativo e, por isso mesmo, a ser pautada na formação continuada em serviço de educadores, em especial a que se desenvolve no âmbito da escola. Para Freire, ensinar é, sobretudo,

- (A) fazer uma apresentação encadeada de conteúdos escolares.
- (B) atividade que se esgota no tratamento do objeto ou conteúdo de ensino.
- (C) criar possibilidades para a produção ou construção de conhecimentos.
- (D) transmitir os conteúdos curriculares obrigatórios.
- (E) acompanhar e avaliar a aprendizagem espontânea do aluno.

47. Consideradas as condições que interferem na aprendizagem do aluno, o ensino tem papel fundamental, o que requer reflexão sobre os saberes necessários à boa prática educativa. Nessa direção, esses saberes e as evidências do ensino e da aprendizagem no contexto de determinada escola podem representar ponto de partida para um processo de formação continuada em serviço de professores e gestores. Freire afirma que o ensinar requer

- (A) reconhecimento do ser humano como ser determinado e dos direitos dos educadores.
- (B) prioridade ao conhecimento do aluno e consciência da completude do ser humano.
- (C) autocontrole do educador em situações pedagógicas e competência técnica.
- (D) rigorosidade metódica e reflexão crítica sobre a prática.
- (E) respeito à autonomia do educando e sobretudo uso de tecnologias de ensino.

Luckesi, Cipriano Carlos, *Avaliação da Aprendizagem Escolar*, 2005, é referência bibliográfica das questões de números 48, 49, 50 e 51.

48. Sabe-se que as práticas educativas não se dão num vazio conceitual, ao contrário, estão dimensionadas por um modelo teórico de homem, de sociedade e de educação. São, portanto, desprovidas de neutralidade. Assim, considerada a relação intrínseca entre teoria e prática, destaca-se que o modelo liberal conservador da sociedade produziu três pedagogias diferentes, mas relacionadas entre si e com o mesmo objetivo de conservar a sociedade na sua configuração: a pedagogia tradicional, a inovadora ou escolanovista e a tecnicista. A pedagogia inovadora centra-se

- (A) na espontaneidade da produção do conhecimento e no aluno com seus sentimentos e suas diferenças individuais.
- (B) no intelecto do aluno e nos conteúdos curriculares organizados e transmitidos pela escola.
- (C) nos procedimentos e nas técnicas de transmissão e de apreensão de conteúdos socialmente relevantes.
- (D) nas técnicas, em especial nas novas tecnologias de informação e de comunicação.
- (E) no desenvolvimento integral do aluno e na sua construção de conhecimentos.

49. Em determinada Escola, alunos manifestam elevada preocupação com a nota bimestral, expressa pela média das provas mensais, acrescida ou diminuída por pontos positivos ou negativos obtidos nos testes e outras situações avaliativas. Em geral, essa preocupação provoca ansiedade nos alunos, que inferem a partir desses resultados, desde o primeiro bimestre, sua promoção ou retenção ao final do ano letivo. Já os professores revelam um entendimento de provas, testes e notas como meio eficaz para assegurar a disciplina da classe, requisito fundamental para dar uma boa aula. Para o Diretor da Escola, a situação descrita oferece evidências de uma prática de avaliação escolar

- (A) preocupada com a aprendizagem dos alunos e com os resultados da escola nas avaliações externas.
- (B) efetuada mais como forma de controle, de disciplina social dos alunos, do que como instrumento de articulação entre ensino/aprendizagem.
- (C) destinada à coleta de dados fundamentais para a tomada de decisão a respeito do ensino e da aprendizagem.
- (D) permeada por uma pedagogia do ensino/aprendizagem voltada à qualificação da educação escolar.
- (E) referenciada numa pedagogia transformadora, centrada no ensino de conteúdos relevantes à promoção da cidadania.

50. “A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”. Esta é a definição mais comum sobre a temática encontrada nos manuais. A posição autoritária do educador pode se manifestar em qualquer um dos três elementos constitutivos desse conceito de avaliação escolar. Ao acompanhar as avaliações do ensino, o Diretor da Escola X pôde observar que a posição autoritária do professor se revelava com maior clareza no julgamento de valor sobre o processo de avaliação da aprendizagem. Qual dos encaminhamentos a seguir revela maior evidência dessa posição do professor?
- (A) Retomada do ensino com o objetivo de oferecer novas situações de aprendizagem, como a de aprofundar, reforçar ou recuperar a aprendizagem.
 - (B) Proposição de novas situações de avaliação, após verificar a insignificância das informações obtidas a respeito da aprendizagem dos alunos.
 - (C) Reapresentação dos conteúdos, após constatar que a quase totalidade da classe apresentou um baixo desempenho na avaliação.
 - (D) Proposição de situações de avaliação durante o desenvolvimento de cada unidade de ensino, e não somente ao final.
 - (E) Classificação dos alunos em grupos de fortes, médios e fracos, para melhor organizar as situações didáticas da próxima unidade de ensino.
51. Ao analisarem informações registradas no primeiro mês de atividades do ano letivo em determinada escola pública, o Diretor e o Coordenador Pedagógico constataram, sobretudo, o baixo nível de interesse de educandos pelos trabalhos de sala de aula. Diante dessa situação e com o objetivo de construir um contexto escolar perpassado por uma pedagogia voltada a mudanças nas atividades nucleares da escola, eles propuseram aos professores, como ponto de partida de um processo reflexivo e propositivo, a rediscussão e desenvolvimento de ações centrais principalmente na função da avaliação escolar, como
- (A) aferição de resultado da aprendizagem do aluno.
 - (B) registro dos dados objetivos sobre o ensino.
 - (C) instrumento de identificação de caminhos percorridos e a percorrer pelo ensino e pela aprendizagem.
 - (D) meio de obtenção de resultados escolares satisfatórios.
 - (E) instrumento de agrupamento de alunos, a partir dos resultados de suas aprendizagens.
- O Documento Institucional *Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria*, São Paulo, SME/DOT, 2015, é referência bibliográfica das questões de números 52, 53, 54 e 55.
52. A reorganização curricular do Ensino Fundamental em três ciclos de aprendizagem – Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos), Ciclo Interdisciplinar (4º, 5º e 6º anos) e Ciclo Autoral (7º, 8º e 9º anos) – é uma ação do Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal – Mais Educação São Paulo. Essa ação tem se constituído num rico processo de construção coletiva, iniciado em 2014, envolvendo educadores da rede municipal de ensino. Tendo em vista a continuidade desse processo, nos diversos e diferentes espaços de discussão desse Sistema de Ensino, em especial no âmbito da escola, é importante que o diretor tenha como referência a reflexão já apresentada em documento, buscando um aprofundamento da proposição de reorganização curricular com foco na
- (A) reflexão de elementos metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem dos três Ciclos de Aprendizagem.
 - (B) seleção de conteúdos programáticos e técnicas de ensino em consonância, sobretudo, com as necessidades sociais dos alunos.
 - (C) reflexão de elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar.
 - (D) formulação de diretrizes curriculares flexíveis destinadas a orientar a execução do currículo em sala de aula, em especial nas turmas do Ciclo de Alfabetização.
 - (E) seleção de objetivos e conteúdos mínimos necessários à aprendizagem dos estudantes nos três ciclos, em especial para o Ciclo de Alfabetização.
53. À luz da compreensão da estreita relação entre práticas pedagógicas, contexto institucional, contextos sociais, econômicos, políticos e históricos do espaço em que a escola está inserida, a construção participativa dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar tem como referência fundamental, a concepção de Estado
- (A) Social e Democrático de Direito, que não comporta governos marcados pela ausência de liberdades e direitos.
 - (B) Capitalista Liberal, marcado pela concessão de responsabilidades relativamente à educação nacional às iniciativas privadas.
 - (C) Centralizado, responsável pela efetivação de metas curriculares mínimas em todas as escolas do território nacional.
 - (D) Descentralizado, caracterizado pela delegação de funções básicas, em relação à educação nacional, às responsabilidades dos Estados, Municípios e Escolas.
 - (E) Tecnocrático, que exige uma gestão escolar zelosa pela ordem e disciplina entre os educadores e educandos.

54. A reorganização curricular do Ensino Fundamental em ciclos far-se-á mais qualificada se houver a compreensão do percurso histórico dos movimentos curriculares na Rede Municipal de São Paulo. Nessa perspectiva, e considerando princípios político-pedagógicos de gestões municipais anteriores, assinale a afirmativa que apresenta maior coerência com o movimento curricular desencadeado na atual gestão.

- (A) A proposta de formação continuada tinha como principal objetivo apresentar aos professores uma nova visão educacional centrada na “Qualidade Total”(1993).
- (B) A construção de três ciclos pautada pelo diálogo, iniciada em 1992, foi substituída pela instituição de dois ciclos, correspondentes ao Ensino Fundamental I, os quatro primeiros anos, e Ensino Fundamental II, os quatro últimos anos (1998).
- (C) A elaboração de materiais didáticos para professores e alunos foi realizada com base em consulta a um grupo de referência com representantes de docentes e com a participação de assessoria externa (2005).
- (D) Foi instituído o Programa Ler e Escrever – prioridade da Escola Municipal, com o objetivo de desenvolver as competências, tanto leitora como escritora dos educandos (2005).
- (E) O movimento de reorientação curricular buscava romper com a neutralidade, de modo que o currículo fosse capaz de dialogar com as necessidades das classes excluídas, assumindo a escola a posição de luta pela justiça social (2001).

55. Atuam como regentes de turmas e disciplinas do Ciclo Interdisciplinar, 4º, 5º e 6º anos, professores polivalentes e professores especialistas, o que abre possibilidades à docência compartilhada. Docência dessa natureza exige, sobretudo, de cada professor

- (A) a busca de respostas mais adequadas às necessidades cognitivas dos alunos.
- (B) um processo permanente de reinvenção da sua identidade docente.
- (C) o cumprimento de suas atribuições de modo competente metodologicamente.
- (D) um processo permanente de reorganização dos conteúdos de acordo com a lógica intrínseca de cada disciplina.
- (E) o desenvolvimento de projetos com temáticas pertinentes à sua disciplina.

O documento institucional “Orientação Normativa nº 01: *Avaliação na Educação Infantil*”, São Paulo, SME, DOT, 2013, é referência bibliográfica das questões de números **56, 57, 58 e 59.**

56. Aos 6 anos de idade, a criança tem o direito de matricular-se no 1º ano do Ensino Fundamental. Finalizada a Educação Infantil, compete à direção da Unidade Educacional providenciar a expedição de

- (A) documentação que explicita o percentual de frequência e os resultados do desempenho escolar da criança na Educação Infantil.
- (B) ficha de acompanhamento da vida escolar que comprove, sobretudo, a frequência mínima na pré-escola de 70% do total da carga horária estipulada por lei.
- (C) histórico escolar que sistematize em notas ou conceitos as experiências vividas pela criança, constituindo-se no marco da sua transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.
- (D) documentação educacional que permita conhecer os processos de desenvolvimento e da aprendizagem da criança na Educação Infantil.
- (E) boletim escolar com notas ou conceitos, que ateste a promoção da criança para o 1º ano do Ensino Fundamental.

57. A transformação de Unidades Educacionais de Educação Infantil em locais coletivos privilegiados para a vivência das infâncias exige sua transformação em espaços pensados com e para todas as crianças de 0 a 5 anos, sem discriminação de qualquer tipo, como de gênero, raça, religião. Para tanto, cabe aos educadores, em especial aos gestores da Unidade, por meio do diálogo, promover condições de aproximação das relações com as famílias e comunidade e de

- (A) efetivação de um currículo centrado no desenvolvimento intelectual e social da criança.
- (B) respeito ao direito das crianças de serem lúdicas e criativas na Unidade Educacional organizada como parque infantil.
- (C) aproximação das relações entre as crianças e de observação dos comportamentos e das atitudes que revelam suas inseguranças.
- (D) respeito mútuo entre os espaços educativos e a rede de relações em que as crianças estão inseridas.
- (E) organização de ambientes pedagógicos adequados à aprendizagem dos pré-requisitos necessários à alfabetização nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

- 58.** O Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, dispõe que a infância se estende até os 12 anos de idade incompletos, e a Nota Normativa nº 01/13, São Paulo, SME/DOT, 2013 expressa uma concepção de “criança contextualizada em sua concretude de existência social, cultural e histórica, participante da sociedade e da cultura de seu tempo e espaço, modificando e sendo modificada por elas”. Apoiada nessa compreensão de infância e em outros elementos constitutivos da prática educativa, o educador da infância tem o importante papel, sobretudo, de
- (A) observador, que acompanha os movimentos livres e espontâneos das crianças nas Unidades Educacionais.
 - (B) organizador de recursos de aprendizagem que facilitem o desenvolvimento da criança.
 - (C) observador participativo, que intervém para oferecer, em cada circunstância educacional, os recursos necessários à atividade infantil.
 - (D) transmissor do currículo da Educação Infantil e de avaliação da aprendizagem das crianças.
 - (E) mediador de todas as relações entre as crianças, em cada situação de ensino que estimule a troca de experiências entre elas.
- 59.** A compreensão da escola e da família como instituições enraizadas em identidades sociais, étnicas e culturais, a convivência democrática e produtiva, com padrões e valores familiares e comunitários nos espaços educacionais de educação infantil, pressupõem a necessidade de discussão e reflexão das identidades e diversidades das crianças. Assim, a ação educativa entre família e escola deve ser vista como um trabalho complementar, com partilha de responsabilidades. Amparados nessas premissas, cabe aos educadores e gestores o planejamento do período de adaptação da criança na Unidade Educacional de Educação Infantil, promovendo condições de
- (A) presença de um dos familiares da criança na Unidade Educacional durante todo o processo de adaptação, e sempre que houver necessidade.
 - (B) realização de modo satisfatório de todas as atividades programadas para cada dia do período de adaptação de uma semana.
 - (C) adaptação da criança aos diferentes ambientes educativos, seguindo as atividades programadas.
 - (D) permanência dos pais na Unidade Educacional de até 2 horas no primeiro dia do período de adaptação, independentemente do comportamento da criança.
 - (E) reuniões prévias com os pais para alertá-los que a ansiedade deve ser controlada, evitando-se, assim, interferências no trabalho dos educadores.
- 60.** *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulista*, São Paulo, SME/DOT, 2013, é um documento em construção por meio de processo coletivo iniciado em 2013. Seu objetivo é contribuir para a efetivação de prática de avaliação institucional participativa nas Unidades Educacionais de Educação Infantil. Para tanto, são apresentados aspectos relevantes da realidade educacional na Unidade, expressos em nove dimensões, considerando ainda que cada dimensão pode ser avaliada por meio de indicadores. Para se avaliar a dimensão 1, Planejamento e Gestão Educacional, são propostos os seguintes indicadores:
- (A) Ambientes, espaços, materiais e mobiliários; tempos destinados às diferentes experiências e a exploração dos espaços da Unidade Educacional.
 - (B) Currículo e prática pedagógica; relacionamentos e atitudes; atuação profissional e construção positiva da identidade.
 - (C) Formação continuada da equipe docente, da equipe gestora, da equipe de apoio e condições de trabalho.
 - (D) Projeto Político-Pedagógico construído e conhecido por todos; planejamento, acompanhamento e avaliação; gestão democrática e documentação pedagógica.
 - (E) Interação criança/adulto, criança/criança, adulto/adulto e interação Unidade Educacional/comunidade.

